

**CENTRO UNIVERSITÁRIO DE IPORÁ- UNIPORÁ
GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM**

**MARIA ELISA GONÇALVES DE OLIVEIRA
THAINARA LORRANA RIBEIRO LEITE**

**QUALIDADE DE VIDA E SAÚDE DO TRABALHADOR RURAL:
UMA ANÁLISE DAS DIFICULDADES E A FALTA DE ADESÃO
NO AUTOCUIDADO DOS MORADORES DA COMUNIDADE
CAIAPÓ, NO MUNICÍPIO DE PALESTINA DE GOIÁS.**

IPORÁ-GO

2023

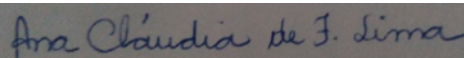
MARIA ELISA GONÇALVES DE OLIVEIRA
THAINARA LORRANA RIBEIRO LEITE

**QUALIDADE DE VIDA E SAÚDE DO TRABALHADOR RURAL:
UMA ANÁLISE DAS DIFICULDADES E A FALTA DE ADESÃO
NO AUTOCAUIDADO DOS MORADORES DA COMUNIDADE
CAIAPÓ, NO MUNICÍPIO DE PALESTINA DE GOIÁS.**

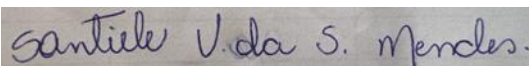
Artigo apresentado à Banca Examinadora do Curso de Graduação em Enfermagem Do Centro Universitário de Iporá- UNIPORÁ como exigência parcial para obtenção do título de Bacharel em Enfermagem.

Orientador: Prof.^a M.a Ana Cláudia de Faria Lima

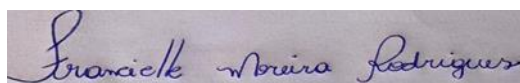
BANCA EXAMINADORA



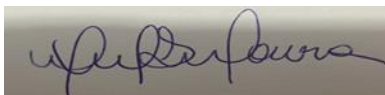
Professora Ana Cláudia de Faria Lima
Presidente da Banca e Orientadora



Professora Santiele V. da S. Mendes



Professora Franciele Moreira Rodrigues



Professor (a) Lorena Marques da Silva Moura

IPORÁ-GO

2023

Qualidade de vida e saúde do trabalhador rural: uma análise das dificuldades e a falta de adesão no autocuidado dos moradores da comunidade Caiapó, no Município de Palestina de Goiás.

Ana Cláudia de Faria Lima¹

Maria Elisa Gonçalves de Oliveira²

Thainara Lorrana Ribeiro Leite³

RESUMO: Este artigo tem como objetivo chamar a atenção da população, autoridades políticas e organizações de saúde, para a falta de cuidado em relação ao trabalhador rural, por muitas vezes serem abandonados devido à negligência dos responsáveis pela saúde pública. É destacado as principais doenças acometidas pelo seu árduo trabalho que realizam diariamente, que são: intoxicação que ocorre pelo uso de agrotóxicos e pesticidas, que por falta de conhecimento são usados sem nenhum entendimento e instrução, dores lombares acometidas pelo serviço pesado, repetitivo e de grande esforço, e câncer de pele causado pela falta dos EPIS (equipamento de proteção individual). Logo enfatizando que em muito dos casos o próprio trabalhador se recusa a usar os EPI's recomendados pela OMS (organização mundial de saúde), por questões de desconforto e inadequação, causando lentidão e superaquecimento térmico. Ressaltamos também a dificuldade dos pequenos produtores rurais autônomos, que por baixa escolaridade, renda e com a distância a ser percorrida sem um transporte individual, que acaba tornando ainda mais difícil a busca de saúde de qualidade e informações, deixando sua saúde em segundo plano, indo a procura somente após a descoberta de uma doença crônica e até mesmo letal. É importante destacar também que há abandono dos ACS (agentes comunitários de saúde) na maioria dos municípios. As pesquisas foram realizadas no município de Palestina de Goiás-GO.

Palavras-chave: Saúde, Trabalhador rural, EPI's

INTRODUÇÃO

1Graduada em Administração pela Faculdade de Iporá; Graduada em Pedagogia pelo Instituto Federal Goiano, Especialista em Gestão Empresarial pela Faculdade de Iporá; Mestra em Ecologia e Produção Sustentável pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

2Graduanda em enfermagem, pelo centro universitário de Iporá.

3Graduanda em enfermagem, pelo centro universitário de Iporá.

Com o aumento das produções agrícolas e agropecuárias, a falta de prevenção a saúde dos pequenos e grandes produtores rurais vem sendo discutida cada vez mais nos dias atuais. Pois todos estão expostos a riscos para seu bem-estar, onde, por falta de conhecimento se desenvolve doenças crônicas severas, levando-o à morte.

Observa-se várias dificuldades encontradas pelo trabalhador rural, quando veem a necessidade de procura a uma unidade de saúde, como baixa renda, tempo e distância a ser percorrida e falta de transporte. Por apresentar tantos obstáculos a serem encontrados no decorrer dessa busca o produtor prefere deixar de lado tais serviços, indo somente quando já se obteve uma doença infecciosa grave ou lesões físicas severas.

Apesar do meio rural estar ganhando espaço nos estudos e ficando mais conhecido no meio popular, a maioria dos trabalhadores não são totalmente escolarizados, ou não tem nenhum tipo de escolaridade sendo totalmente analfabetos, onde acaba dificultando nos casos de informação sobre a dosagem certa a ser realizado no combate de pesticidas, usando grande quantidade, e realizam o combate sem nenhum tipo de EPI(equipamento de proteção individual), causando intoxicação no mesmo.

Entretanto a trabalhadores ciente dos riscos expostos, mas ainda existe grande resistência quanto ao uso correto dos EPI, pois eles não foram feitos pensando na condição de trabalho árduo que os lavoristas e agropecuaristas tem, o que causa grande desconforto. O uso dos uniformes de proteção causam a dificuldade motora, e desconforto, prejudicando o trabalhador, causando pouco rendimento e aptidão, o mesmo acontece com as luvas que são muito grossas tirando sensibilidades, e causando super aquecimento térmico, causa grande desconforto, também as máscaras por dificultar a respiração e com o aumento da temperatura causa suor excessivo, o uso dos óculos de acrílico em conjunto com a mascará causa um ar quente que embaça os óculos, assim fazendo que tenha dificuldade na visão, citando também o suor que pode trazer a ardência nos olhos e grande fadiga, havendo a necessidade da retirada dos mesmos para que o trabalhador esteja realizando sua limpeza, e possa voltar a sua temperatura normal.

É de suma importância que realizem um novo estudo para a adequação desses equipamentos para que haja condições de uso nessa classe trabalhadora. Outro fator agravante da saúde desse trabalhador é o não cumprimento das dosagens prescritas, onde aumentam a quantidade necessária do pesticida, assim deixando-o mais denso logo mais forte para a dedetização, com a inalação desse produto, por estar em quantidade

maior que o necessário, sua inalação é certa causando o efeito imediato no ser humano.

É obrigatório que haja, orientação, supervisão e campanhas para prevenção de acidentes ocupacionais, segundo Portaria SSST nº 13, de 17.09.1993. É de extrema obrigatoriedade do contratante de serviços rurais, realizar promoção de eventos preparatórios para suas determinadas funções, instruindo sobre a necessidade dos EPI's necessários segundo a NR31, para sua própria segurança e de terceiros. Ressaltando que essas leis assegura apenas grandes produtores, pois ela não condiz com a infraestrutura dos pequenos produtores rurais, que muitas das vezes nem sabe da existência das mesmas. (ministério da saúde)

Há grande desamparo de municípios e estados com os pequenos produtores rurais, não realizando palestras sobre, proteção, promoção e prevenção, para evitar doenças e agravos a saúde, que vem sendo ainda mais recorrente com o aumento do uso e agrotóxicos em pequenas lavouras e pesticidas no meio agropecuário. A Portaria nº 3067, de 12 de abril de 1988, artigo 13 da Lei nº 5.889, de 08 de junho de 1973, que garante a segurança e higiene do trabalhador rural. Que sanciona a SEPATR, Serviço Especializado em Prevenção de Acidentes do Trabalho Rural.

Uma problemática que também vem causando grandes danos os trabalhadores rurais, são as doenças osteomusculares. Por começarem no serviço rural muito cedo, desde de o trabalho agrícola como no trabalho agropecuário, compreende-se então que desde jovens esses trabalhadores carregam, uma carga excessiva de peso, e de maneira totalmente incorreta, pressupondo os movimentos realizados diariamente, sem outra prática de um exercício correto para exercer tais funções repetitivas, acabam causando grandes danos futuros, ou na sua própria juventude, conhecidas como doenças osteomusculares. Acidentes com animais, é outro grande causador de intercorrências lombares.

A maior procura dessa população a hospitais é referindo-se a dores lombares, tanto por acidentes, como por uma doença crônica que acaba afetando todo o sistema de locomoção, e sendo assim prejudicando o desenvolvimento de suas funções, e, a produção no seu âmbito de trabalho, gerando assim a grande procura de uma melhoria de saúde. Entretanto mesmo após a procura por tratamento, ainda se encontra dificuldades, por não ter um amparo para poder ter uma boa recuperação de sua saúde,

ele deve voltar a seus serviços sem estar apito, pois sem trabalho ele não consegue recursos, para poder sustentar uma família, acabando voltando a sua lesão novamente, ou mesmo com fortes agravos. Para trabalhadores de grandes produções agrícolas, existem alguns recursos, mas pequenos produtores encontra-se ainda grandes problemas como o prejuízo por falta de produção de seu produto.

Outro fator que causa preocupação é o câncer de pele, estando sempre expostos a sol frequentemente sem uso de bonés, chapéus, roupas de manga longa e protetores de pele, os trabalhadores rurais estão mais sujeitos a desenvolver câncer de pele. Por falta de conhecimento de grande maioria, sobre os riscos que estão acometidos o trabalhador rural não toma as precauções necessárias, ficando assim totalmente vulnerável a tal patologia. Alguns entretanto tem pleno conhecimento dos malefícios causados, porém por negligência e desconsideração a esses cuidados não realiza tais cuidados, prejudicando sua própria saúde.

Em quesito de serviços de saúde para com tais trabalhadores existem os AGS (agentes de saúde), que deveriam ir ao menos uma vez na semana realizar vistas nos municípios para promoção de saúde básica e ver a necessidade de cada um, porém em muitos municípios não é essa a realidade. Existe também programas para promoção de saúde e orientação para produtores rurais, mas os AGS e enfermeiros relatam dificuldades pois não são capacitados para realizar tais curso.

Objetivo geral.

Esse estudo tem o objetivo de voltar a atenção para uma classe tão importante, que por falta de cuidado tanto da área da saúde, quanto com o próprio autocuidado do produtor rural, acaba sendo deixada de lado. Com isto, esperamos encorajar os trabalhadores rurais a realizar o autocuidado, e que possa existir um maior amparo dos municípios e das redes de saúde, fazendo promoção e prevenção de saúde, podendo assim evitar que muitas doenças sejam prevenidas e tratadas.

Objetivo específico.

- Promover melhorias na saúde do trabalhador rural.
- Incentivar os mesmos a ter autocuidar para ter uma melhor qualidade de vida.
- Promover eventos e palestras informativas.

- Enfatizar a falta de estudos, devido isso a grande dificuldade de entendimento, ao manuseio de pesticidas e cargas excessivas, causando doenças crônicas severas.

Melhoria em seus EPI's, para os seus trabalhos, que muitas vezes é deixado de lado pelo desconforto que é causado. Uma problemática fácil de ser resolvida, se todos entenderem sua importância.

METODOLOGIA

Foi utilizado neste artigo referências bibliográficas, para expandir o conhecimento e compreensão do mesmo, juntamente com pesquisa de campo, a plataforma escolhida para realizar a pesquisa foi Google forms, onde foi realizado no município de Palestina de Goiás, comunidade Caiapó. Assim sendo possível compreender e conhecer a realidade dos alvos da pesquisa.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

1.1 Conceito de saúde

De modo geral, a saúde dos indivíduos se encontra condicionada a alguns fatores, relacionados aos aspectos socioeconômicos e culturais. Saúde esta também relacionada à boa disposição física e psíquica estando ligado juntamente o estado de equilíbrio entre organismo e ambiente, para então dentro dos limites considerados normais o indivíduo viva bem até que encerre esse ciclo de vida (AURÉLIO, 2023).

No processo de produção relacionado ao contexto do trabalhador existem algumas inserções dos trabalhadores, as quais também colaboram, de forma significativa, com os exemplos de morbidade e mortalidade (DIAS, 2006).

Durante muito tempo, o conceito de saúde esteve consignado à ausência de doenças, mas isso foi sendo modificado, passando a inserir outros aspectos, relacionados à qualidade de vida e bem-estar das pessoas. Nesse sentido, entende-se que ter saúde é não ter doenças, mas em um olhar mais crítico, significa ter acesso a outros fatores essenciais para a sobrevivência, como uma boa alimentação, moradia e acesso a políticas públicas de cuidado e manutenção do bem-estar físico e psicológico.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) determina que o conceito de saúde agregue, não apenas seus aspectos biológicos, mas o contexto econômico, social e político que influenciam diretamente as necessidades mais básicas das pessoas, inserindo, da mesma forma, aquilo que é mais subjetivo e se materializa a partir dos valores, bem como direitos, deveres, além daquilo que é construído a partir do convívio em sociedade desde o nascimento (ministério da saúde, 2021).

Sob essa perspectiva Gomes (2022), ressalta que a dimensão conceitual da saúde perpassa pelas relações estabelecidas entre os sujeitos e a comunidade em que se encontram inseridos. Nesse sentido, conviver, tanto com outras pessoas, quanto no meio ambiente, representa um diferencial significativo em relação à saúde e ao ser saudável. Ter saúde, em muitos casos, representa o não ter doenças e ser saudável possui uma ligação bem próxima com a dimensão da não ser doente. Embora pareça complexo, seu conceito se encontra condicionado à forma como as pessoas compreendem o que seja saúde e a partir daí conseguem avaliar se são ou não saudáveis.

Martins (2020), descreve que as políticas públicas de saúde costumam ser dimensionadas a partir da percepção que seus proponentes possuem acerca do conceito de saúde, considerando as diferentes naturezas ligadas a um mesmo contexto. Nesse sentido, o referido autor ressalta que quanto maior é a participação dos interessados (a população) na concepção dessas políticas, maiores serão os efeitos positivos em relação à qualidade de vida e, por consequência, na saúde das pessoas.

1.2 Qualidade de vida e saúde do trabalhador rural

As pessoas que moram na zona rural possuem algumas singularidades em comparação aos que vivem nos ambientes urbanos. De modo geral, embora não seja uma característica predominante, a população rural apresenta uma baixa escolaridade e os trabalhadores não possuem um bom rendimento salarial. Além disso, observa-se que os serviços sociais se tornam de difícil acesso e mesmo com os programas de saúde voltados para as famílias do ambiente rural, os profissionais de saúde nem sempre conseguem atender as demandas, principalmente ao se considerar as distâncias, bem como as dificuldades no deslocamento. Moreira et al (2015).

Além das patologias ligadas à forma como as atividades laborais são executadas cotidianamente, os trabalhadores rurais são constantemente expostos a condições insalubres, principalmente no que se refere às substâncias tóxicas e ao esforço repetitivo, o que causa doenças osteomusculares, as quais podem se tornar crônicas e incapacitantes. De acordo com TST (tribunal superior do trabalho), existem estimadamente mais de 18 milhões de trabalhadores rurais, e todos esses trabalhadores estão expostos a riscos ocupacionais.

A qualidade de vida e saúde do trabalhador rural se tornou uma temática muito discutida no contexto acadêmico, pois representa uma preocupação legítima com os efeitos que o trabalho agrícola exerce sobre o bem-estar daqueles que normalmente lidam o dia todo com as atividades rurais, além do manejo de substâncias tóxicas que, tanto em curto, quanto em longo prazo, podem trazer grandes reflexos negativos na saúde do trabalhador(VIERO, et al., 2016).

Em uma pesquisa realizada por Viero et al, (2016), os resultados evidenciaram que um dos grandes malefícios relacionados à saúde do homem do campo, se encontra no amplo uso de agrotóxicos. Dentre os causadores do adoecimento com um grande número de morbidades, se encontra as intoxicações causadas pelo manejo dos agrotóxicos sem a utilização adequada dos Equipamentos de Proteção Individual - EPIs. Isso ocorre, principalmente, nas pequenas propriedades, nas quais o uso das substâncias tóxicas não é devidamente fiscalizado.

Lembrando que a absorção dos produtos tóxicos ocorre, tanto pela absorção dérmica, quanto inalação e ingestão, compreende-se que a contaminação do trabalhador ocorra no preparo, assim como na aplicação dos pesticidas. As residências também são vulneráveis à toxicidade dos agrotóxicos e quando não há um manejo e armazenamento adequado, todos que habitam uma mesma residência podem ser contaminados por alguma substância tóxica, o que caracteriza uma intoxicação crônica, muitas vezes manifestada em sintomas pequenos, mas que vão se acumulando ao longo dos anos, trazendo prejuízos significativos à saúde do homem do campo (VIERO et al., 2016).

Sobre a problemática originada Grisólia (2005), reforça que os sujeitos responsáveis pela utilização de agrotóxicos são expostos aos resíduos dessas substâncias. Nesse sentido, entende-se que há um grande risco nas atividades

ocupacionais dos trabalhadores rurais, não apenas em relação ao manejo de agrotóxicos, mas às doenças osteomusculares e até mesmo o perigo do câncer de pele.

De acordo com Martins (2020), nos Estados Unidos o trabalho agrícola consignado à operação de máquinas e equipamentos pesados, como ocorre na operação de colheitadeiras, máquinas de debulhar e outros implementos são consideradas atividades de alto risco. Ademais, os ambientes de manejo são considerados insalubres e somente podem ser acessados se o trabalhador estiver portando o EPI adequado.

Sobre o uso dos EPIs, Viero et al. (2016), salienta que os trabalhadores rurais normalmente não se preocupam com os riscos cotidianos e nas pequenas propriedades é comum que nenhum dos equipamentos sejam utilizados. Há, nessa postura, uma espécie de ingenuidade repetitiva, a qual as expectativas de segurança ficam por conta do acaso. Outros trabalhadores do campo, creem que os suplementos gabinados, como os tratores, podem impedir a contaminação por meio de substâncias tóxicas.

Verifica-se uma espécie de "ingenuidade" industrial da população, que, muitas vezes, não consegue interpretar o que está contido nas bulas e rótulos, quanto mais usar adequadamente os EPI. Isso oferece aos empresários das indústrias produtoras de praguicidas o direito da insuspeita, diante da manipulação legítima dos riscos: diante da impossibilidade de que se façam adotar as normas de segurança, podem isentar-se de fazer cumpri-las. (VIERO et al., 2016, p. 104).

Sobre os riscos de adoecimento devido à contaminação por agrotóxicos, a literatura reforça a necessidade de um trabalho de conscientização da população rural acerca dos problemas e doenças que se originam do manejo inadequado das substâncias tóxicas. Normalmente nas grandes propriedades, o uso dos EPIs é uma exigência fiscalizada periodicamente, mas isso não ocorre nas pequenas propriedades, pois os proprietários tendem a considerar o investimento e o uso dos equipamentos de segurança oneroso e de difícil acesso.

Viero et al. (2016), alertam para o fato de que os trabalhadores da zona rural estão constantemente expostos, não apenas à toxicidade dos produtos utilizados cotidianamente, mas a acidentes que poderiam ser evitados caso os EPIs fosse adotados. Não obstante, os autores ressaltam que a população rural é vulnerável e por isso, cabe aos profissionais de enfermagem sensibilizá-la quanto às práticas mais seguras em relação às substâncias e seus efeitos na saúde e qualidade de vida.

Outro aspecto a ser considerado, uma vez que influencia de forma negativa na qualidade de vida e bem-estar da população rural, diz respeito às doenças osteomusculares e segundo Ferraz (2013), ao procurarem os serviços de saúde, uma das queixas apresentadas pelos trabalhadores se refere a tais patologias. Entende-se que a demanda de atendimento ao trabalhador do campo se encontra consignada às moléstias do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo. Diante disso, o Ministério da Saúde instituiu políticas de atenção básica voltada à saúde do trabalhador nesse âmbito.

Ainda que seja, efetivamente, uma preocupação dos sistemas de saúde, não há uma quantidade significativa de estudos voltados para as doenças osteomusculares em trabalhadores rurais. Isso decorre do fato de que normalmente são as intoxicações por substâncias agrotóxicas, ocorridas pelo uso excessivo delas e o câncer de pele, cuja prevalência é grande entre os trabalhadores do campo. Para alguns pesquisadores, os dados poderiam ser mais amplos se houvesse o monitoramento das queixas dos trabalhadores rurais. Isso ocorre devido ao fato de não manifestarem esse aspecto quando procuram o serviço de saúde e em muitos casos, como o trabalhador mantém um endereço na cidade, são registrados como moradores urbanos (FRANCESCHINA; BELTRAME, 2016).

Em uma pesquisa realizada com determinada população rural, Franceschina e Beltrame (2016), apresentaram dados nos quais 90,8% das pessoas entrevistadas relataram sentir ou ter sentido alguma alteração osteomuscular relacionada à atividade exercida nas lavouras. Dos participantes, somente 6,4% não apresentaram nenhuma queixa relacionada às patologias osteomusculares. Conforme divulgado pelo Ministério da Saúde, dentre as doenças mais comuns entre os trabalhadores rurais, as Lesões por Esforço Repetido (LER) e a Doença Osteomuscular Relacionada ao Trabalho (DORT) são as que mais geram afastamentos, assim como ocorre com os trabalhadores urbanos.

Quando procuram as unidades de atenção básica, as queixas mais comuns dos trabalhadores rurais se refere a dores na coluna, principalmente entre pessoas cuja faixa etária se encontra acima dos 40 anos. De acordo com Lucca (2011), a agricultura é um dos setores que apresentam maior incidência de doenças musculoesqueléticas e em alguns países esse número chega a ser até três vezes maior do que no exercício de outras atividades laborais.

Importante destacar que a carga de uma pessoa que trabalha no campo é maior do que a atuante na cidade e é comum trabalhadores rurais exercerem suas atividades por mais de 15 horas diárias, sem pausas para descanso nos finais de semana. Tais excessos impacta negativamente na saúde e bem-estar da população rural, impondo sérios abalos físicos que acarretam as doenças osteomusculares. De acordo com o DIEESE (2015), a intensidade do trabalho executado tem influência direta na relação saúde-doença. Em se tratando do trabalho rural, há que se considerar algumas questões, tais como “a intensidade do trabalho, a carga horária, o excesso de peso, a quantidade diária de tarefas, entre outras” (FRANCESCHINA; BELTRAME, 2016, p.7).

No que tange à sintomática das doenças osteomusculares, a dor prevalece entre os sintomas. Nas pesquisas realizadas, a maior queixa entre os trabalhadores rurais diz respeito à perda da força e do movimento dos membros afetados pelas patologias mais comuns. Destaca-se que os trabalhadores rurais se queixam de dores lombares, nos ombros, joelhos, região cervical e quadril. Tais locais são os mais afetados pelas doenças causadas pelo esforço repetitivo ou pelo manejo de atividades com excesso de peso, como ocorre no transporte de grãos, por exemplo (FRANCESCHINA; BELTRAME, 2016).

Para Barboza (2008), as tendinites, sobretudo as relacionadas ao ombro, cotovelo e punho, bem como as lombalgias e mialgias são as doenças osteomusculares características da ocupação exercida pelo trabalhador rural com maior frequência. Além disso, são constantes as queixas de dores nas costelas, pernas, braços, calcâneo e músculos abdominais. Os trabalhadores rurais se queixam de queimação, cansaço excessivo e incômodo nas pernas, inchaço nos membros inferiores e superiores. Mesmo em repouso, os trabalhadores percebem que os sintomas continuam presentes, o que comprova que o esforço repetitivo na execução das mesmas atividades por um longo período de tempo é também responsável pela perda da qualidade de vida do trabalhador rural.

Outro aspecto preocupante em relação à saúde e bem-estar da população rural se volta para o índice de câncer de pele entre esses trabalhadores. Conforme o Instituto Nacional de Câncer (INCA, 2020), o câncer de pele do tipo não melanoma é o que tem maior prevalência entre homens e mulheres, do mesmo modo, o não melanoma possui uma menor incidência, porém maior letalidade nas Regiões Sul, Centro-Oeste e Sudeste. De acordo com o INCA, o Estado de Santa Catarina é um dos que apresentam o índice

maior de casos de câncer de pele e isso decorre de uma série de riscos, dentre eles, a pele mais clara e a prevalência de propriedades rurais, principalmente as da agricultura familiar (RUSSO et al., 2022).

Os trabalhadores da agricultura familiar, diariamente, são expostos a numerosos riscos ocupacionais no ambiente de trabalho, tais como: utilização em larga escala de agroquímicos (inseticidas, fungicidas e herbicidas); práticas culturais manuais (dessecação, plantio, adubação, raleio, poda, colheita, entre outras), gerando problemas ergonômicos; exposição às radiações ultravioleta (radiação solar e ao calor), sendo que a frequente exposição ao sol pode ocasionar envelhecimento precoce da pele e aumentar o risco de câncer de pele. (RUSSO et al., 2022, p. 38).

Contra o câncer de pele, a proteção ainda é uma das formas mais significativas de proteção. Essas barreiras podem ser obtidas pelo uso de filtros solares e protetores, assim como por meios físicos, como o uso de bonés, por exemplo. O número de adesão aos meios de proteção e prevenção ao câncer de pele comprova a necessidade de ações educativas voltadas para o trabalhador rural (CARVALHO et al., 2021).

Zink (2014), destaca que mesmo com as políticas de atenção primária que são dimensionadas para atender o cidadão, há uma carência em relação às intervenções consignadas às medidas educativas preventivas, de modo que os casos de câncer seja, detectados precocemente. Assim, entende-se que em relação ao trabalhador rural, o qual não costuma usar todas as barreiras protetivas e se expõem ao sol em todas as horas do dia, ação do profissional de enfermagem também será preventiva e educativa.

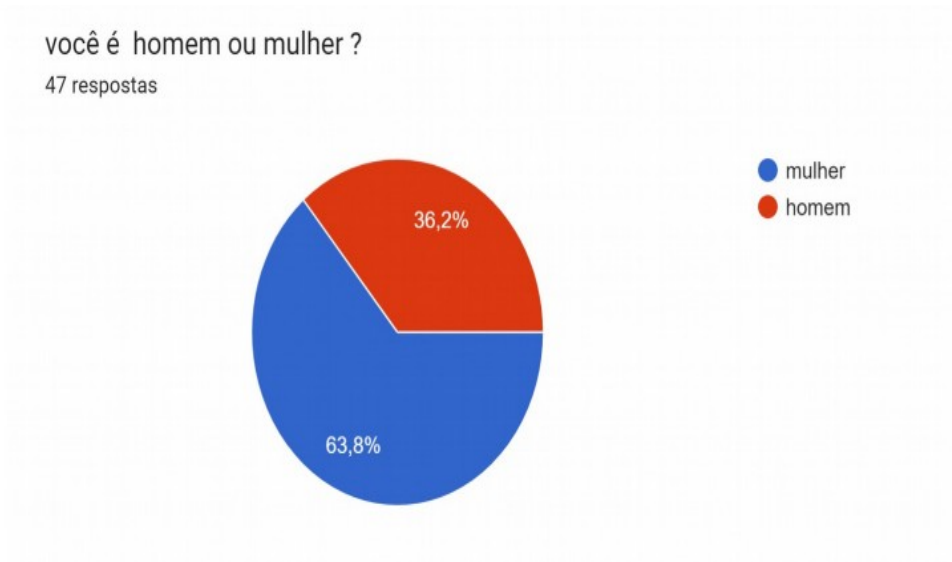
De acordo com Silva e Martinho (2021), os trabalhadores rurais são expostos ao sol com maior frequência que um trabalhador urbano e devido a isso, se tornam vulneráveis ao desenvolvimento do câncer de pele. Para que seja possível prevenir e detectar o câncer de maneira precoce, a literatura recomenda as medidas preventivas, bem como a conscientização da população rural sobre os fatores de risco e ações significativas no controle da patologia.

2 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na efetivação da presente pesquisa foi realizado um estudo em campo, com 47 participantes, todos moradores da zona rural do município de Palestina de Goiás-GO, na

comunidade do caiapó. A amostra foi composta por homens (36,2%) e mulheres (63,8%). Essa variação de gênero pode ser verificada no gráfico 1.

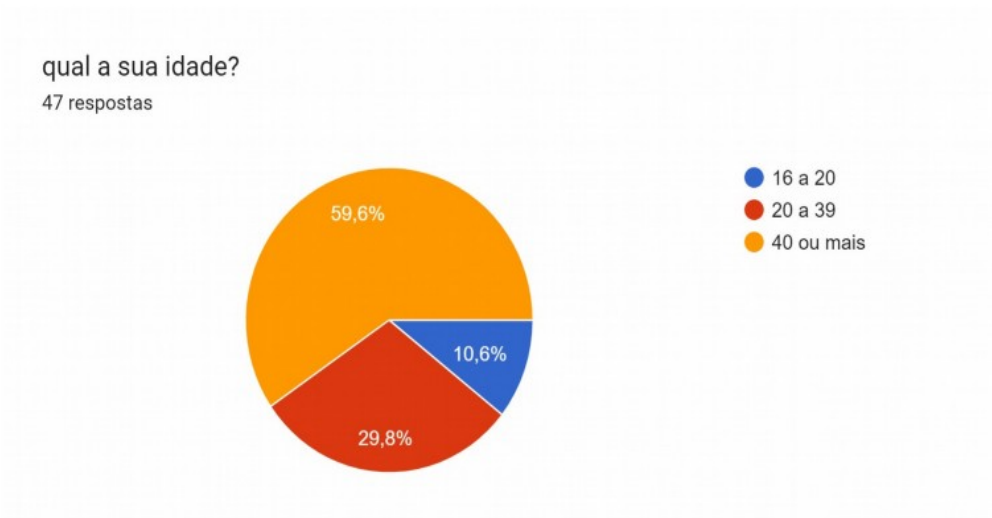
Gráfico 1–Gênero dos participantes.



Fonte: Autoras, 2023.

A faixa etária dos participantes variou entre 16 a 20 anos (10,6%), 20 a 39 anos (29,8%) e 40 anos ou mais (59,6%). Ressalta-se que faixa etária se encontra registrada no gráfico 2.

Gráfico 2. Faixa etária dos participantes da pesquisa.



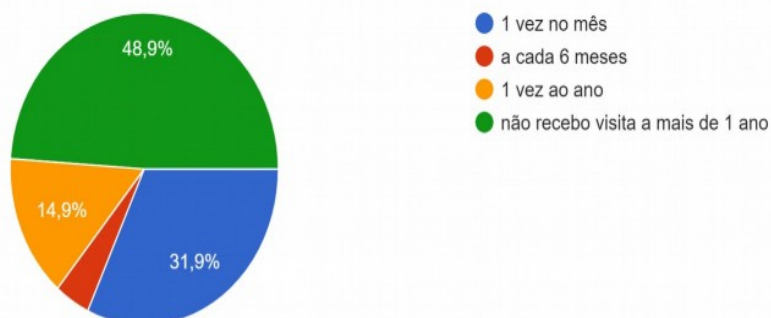
Fonte: Autoras, 2023.

Foi perguntado aos participantes qual a frequência que recebiam a visita do agente de saúde. A maioria respondeu que não recebia a visita a mais de um ano (48,9%), enquanto 31,9% afirmaram receber a visita uma vez ao mês, 14,9%, uma vez ao ano e 3,3% dos respondentes afirmou receber a visita do agente de saúde a cada seis meses. O percentual de respostas negativas quanto às visitas do responsável pelo acompanhamento da saúde domiciliar é preocupante, pois significa que existem famílias a descoberto. Segundo mencionado por Nunes et al. (2018), os agentes comunitários de saúde devem ser os profissionais que não apenas se constituam no suporte para que as ações educativas em saúde sejam executadas. Com isso, entende-se a necessidade aprofundamento em relação à justificativa dada às poucas visitas realizadas pelos agentes nas comunidades rurais. O percentual relativo a esse aspecto pode ser verificado no gráfico 3.

Gráfico 3. Frequência de visitas do agente de saúde.

com qual frequência você recebe visita do seu agente de saúde?

47 respostas



Fonte: Autoras, 2023.

Os sujeitos da pesquisa responderam com qual frequência iam ao médico. 61,7% dos respondentes afirmaram ir ao médico somente quando sente algo, 27,7% afirmaram ir ao médico uma vez ao ano e 10,6% responderam que vão ao médico a cada seis meses. Destaca-se que o aspecto preventivo da saúde constitui-se de fator importante para a manutenção da qualidade de vida, não apenas do trabalhador rural, mas de todas as pessoas. Nas consultas de prevenção, problemas mais graves podem ser evitados, além de não sobrecarregar os sistemas de saúde pública ou mesmo impactar de forma

significativa o cotidiano do trabalhador (FERRAZ, 2013). O referido percentual pode ser observado no gráfico 4.

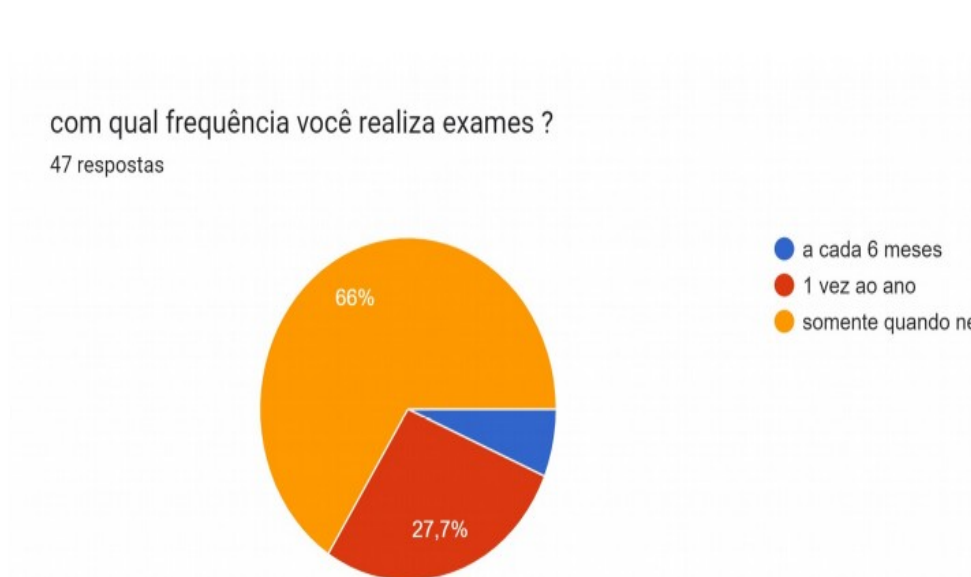
Gráfico 4 – Frequência de visitas ao médico.



Fonte: Autoras, 2023.

Concomitante à frequência com vão ao médico, também foi perguntado sobre a frequência com a qual os participantes realizam exames. Vale lembrar que os exames laboratoriais ou de imagem somente são realizados quando há a solicitação do médico, o que explica o grande percentual de pessoas que somente fazem exames quando é necessário (66%). Por sua vez, 27,7% fazem exames uma vez ao ano e 6,3% realizam seus exames a cada seis meses. Esse percentual se encontra no gráfico 5.

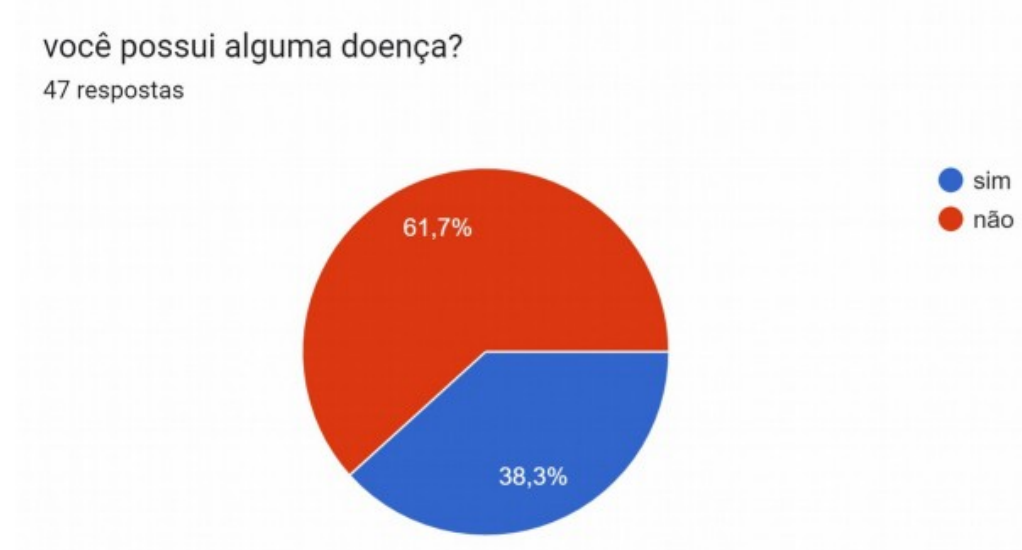
Gráfico 5. Frequência de realização de exames.



Fonte: Autoras, 2023.

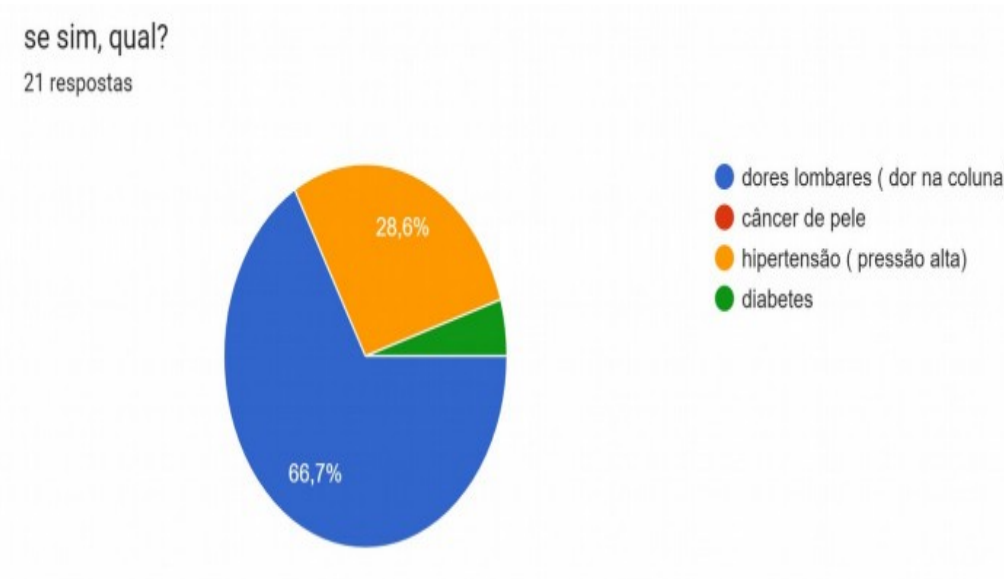
Os sujeitos do estudo responderam se possuem alguma doença e diante das respostas, observou-se que 61,7 % não possui doença e 38,3% dos participantes afirmou ter alguma doença. Ainda que a maioria afirme não ter alguma doença, é preciso destacar que, tanto a carga de trabalho, quanto os riscos aos quais são expostos cotidianamente, fazem com que os níveis de adoecimento entre os trabalhadores rurais sejam elevados, o que contribui, de forma significativa para a diminuição da qualidade de vida dessas pessoas (ALVES; GUIMARÃES, 2012). O referido percentual pode ser conferido no gráfico 6.

Gráfico 6. Existência de alguma doença.



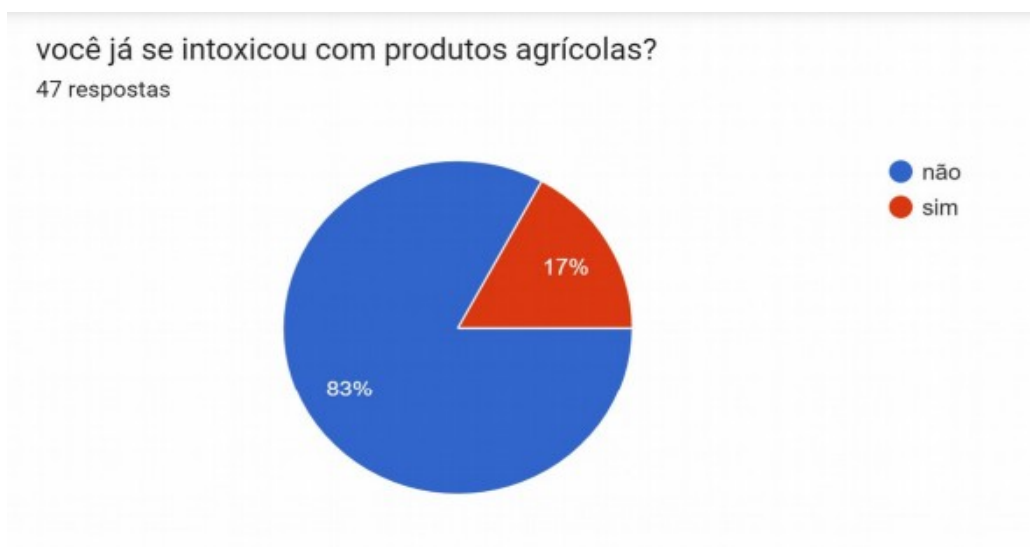
Fonte: autoras, 2023.

Aos participantes que afirmaram possuir alguma doença, foi perguntado qual patologia sofriam. 66,7% responderam que possuíam dores lombares, 28,6 % hipertensão e 4,7 % têm diabetes. O maior percentual, o das dores lombares, comprova que os esforços repetitivos, principalmente no trato com animais e manejo das lavouras contribui para as lesões na coluna e isso remete à necessidade de intervenções educativas no contexto da saúde coletiva voltada ao trabalhador rural, como é proposto por Gomes (2022). O percentual pode ser verificado no gráfico 7.

Gráfico 7. Qual doença possui.

Fonte: autoras, 2023.

O manejo inadequado de agrotóxico e outros defensivos agrícolas, é um dos fatores que mais contribuem para o adoecimento do trabalhador rural, comprometendo a saúde e qualidade de vida, tanto a médio, quanto a longo prazo (MARTINS, 2020). Diante de tal evidência, foi perguntado aos participantes se já se intoxicaram com produtos agrícolas e 83% responderam que não e 17 % que sim, já se intoxicaram com produtos agrícolas. Gráfico 8.

Gráfico 8. Intoxicação com produtos agrícolas.

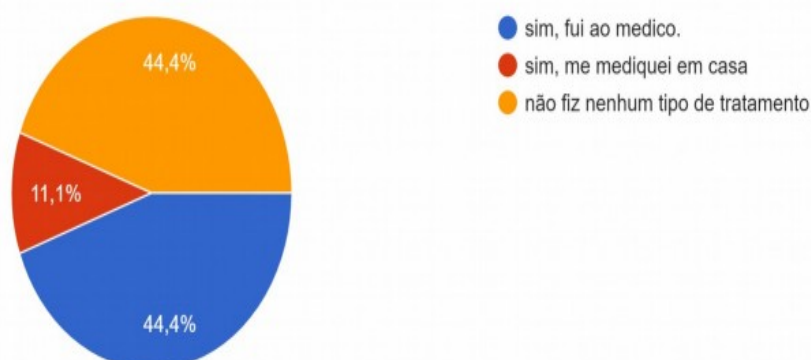
Fonte: autoras, 2023.

Aos que já se intoxicaram com produtos agrícolas, foi perguntado se o tratamento adequado foi realizado. Essa pergunta corresponde ao que é apresentado na literatura, de que grande parte dos trabalhadores rurais, ao terem algum problema com o manejo de substâncias tóxicas optam por não buscarem tratamento ambulatorial, a não ser que os sintomas sejam muito graves e comprometam a realização de outras atividades. Além dos que optam por não buscar tratamento, há os que preferem utilizar alguma substância caseira, por exemplo os chás. Assim, segundo o percentual de respostas, 44,4% dos respondentes afirmaram ter ido ao médico, 44,4% não fez nenhum tipo de tratamento e 11,1% se medicaram em casa. Gráfico 9.

Gráfico 9. Realizou tratamento adequado

se sim, você realizou o tratamento adequado?

18 respostas

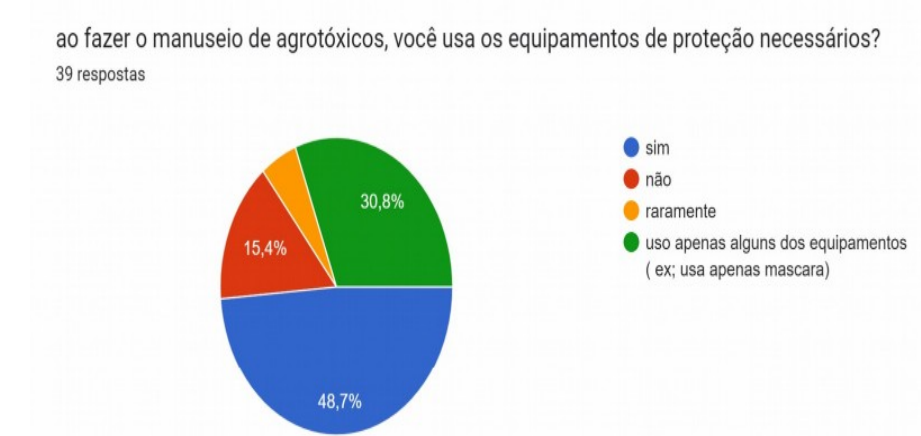


Fonte: autoras, 2023.

De acordo com Martins (2020), ao manejar qualquer substância tóxica é preciso que diversos cuidados sejam tomados, principalmente em relação ao uso dos EPI. No entanto, o mesmo autor relata que ainda existem trabalhadores rurais que desconhecem ou preferem não fazer uso desses equipamentos, o que coloca em risco sua saúde. Não obstante, observa-se que a maioria dos participantes da pesquisa afirmou utilizar algum EPI. Porém, o percentual daqueles que não utilizam (15,4%), o que raramente usam (17,5%) e os que usam de forma parcial (30,8%) se torna preocupante, pois representam

uma considerável parcela de trabalhadores rurais expostos aos riscos do uso de substâncias tóxicas sem a devida proteção. Gráfico 10.

Gráfico 10. Uso de equipamentos de proteção.



Fonte: autoras, 2023.

Sobre o uso dos EPI, a literatura destaca que nem todos os trabalhadores rurais os conhece, o que dificulta seu uso cotidiano. Assim, foi perguntado aos participantes se conheciam todos os equipamentos necessários e a maioria (42,6%) respondeu que sim. 17%, que não conhece e 40,4% conhecem apenas alguns equipamentos. Somando o percentual de pessoas que não conhecem aos que conhecem apenas alguns equipamentos, tem-se reforçada a importância do trabalho educativo, sob a responsabilidade da saúde coletiva, voltado para a conscientização e conhecimento acerca do uso de EPI no trabalho rural. Gráfico 11.

Gráfico 11. Conhecimento sobre os equipamentos de proteção.



Fonte: autoras, 2023.

Foi perguntado aos participantes se já participaram de alguma palestra de prevenção e promoção à saúde, pois entende-se que a prevenção seja a melhor forma de evitar os malefícios originados do manejo inadequado de substâncias tóxicas, além da execução de atividades agrícolas capazes de comprometer a segurança e a qualidade de vida do trabalhador rural (GOMES, 2022). De forma preocupante, observou-se que a maioria dos respondentes afirmou não ter participado de nenhuma palestra (59,6%). Somente 25,5% respondeu ter participado, enquanto 14,9 % afirmaram nunca ter sido ofertada palestra voltada para a prevenção e promoção à saúde. Gráfico 12.

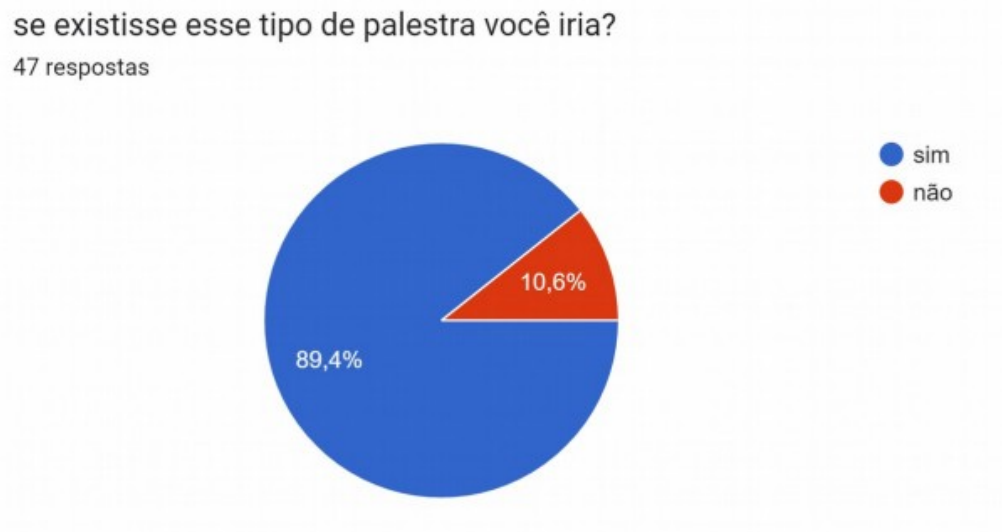
Gráfico 12. Participou de palestra de prevenção e promoção à saúde.



Fonte: autoras, 2023.

Perguntou-se aos participantes se eles iriam caso houvesse alguma palestra voltada para a saúde e prevenção. 89,4% responderam sim e 10,6% não, o que comprova a grande adesão a esse tipo de intervenção. Gráfico 13.

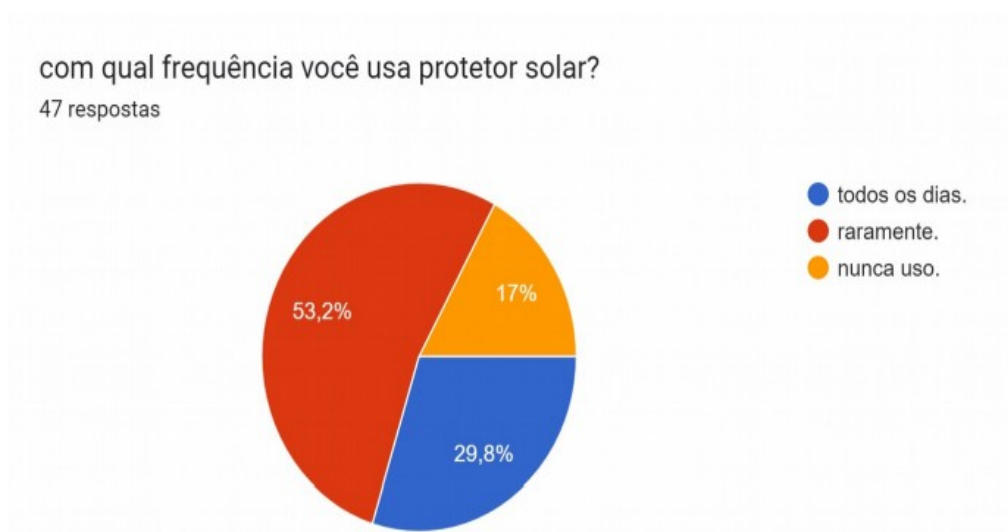
Gráfico 13. Se existisse esse tipo de palestra você iria.



Fonte: autoras, 2023.

O alto número de trabalhadores rurais com câncer de pele também é fator preocupante quando se trata da qualidade de vida dessas pessoas e o uso de bloqueadores solares é indispensável à realização das atividades ao ar livre. Mediante esse aspecto, foi perguntado aos participantes a frequência do uso de protetor solar. O percentual obtido se configura em uma preocupação, visto que a maioria (53,2%) respondeu usar raramente. 17% nunca usa protetor solar e somente 29,8% usam todos os dias. Gráfico 14.

Gráfico 14. Frequência do uso de protetor solar.



Fonte: autoras, 2023.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos estudos, observa-se que a qualidade de vida do trabalhador rural, bem como sua saúde, depende de adaptações ergonômicas que seriam essenciais para que as patologias causadas por agentes químicos e biológicos, além das resultantes do esforço repetitivo não afetassem a funcionalidade e o bem-estar da população rural.

Devido às suas singularidades, observa-se que os trabalhadores rurais possuem intensa atividade, as quais são realizadas de forma ininterrupta e repetitiva, causando lesões osteomusculares, câncer de pele e intoxicação causada pelo manejo constante de pesticidas e outros agrotóxicos.

Podemos destacar também, por parte dos trabalhadores rurais uma rigidez, em não procurar realizar exames e consultas rotineiras, para melhoria do seu bem-estar, deixando evoluir para uma doença que poderia ser evitada precocemente.

REFERÊNCIAS

ALVES, R.A.; GUIMARÃES, M.C. De Que Sofrem os Trabalhadores Rurais? – Análise dos Principais Motivos de Acidentes e Adoecimentos nas Atividades Rurais. **Informe GEPEC**, [S. l.], v. 16, n. 2, p. 39–56, 2012.

CARVALHO, O.C. et al. Câncer de pele em trabalhadores rurais. **Brazilian Journal of Development**, v.7, n.9, p. 88882-88896 sep. 2021.

DIAS, E. C. Condições de vida, trabalho, saúde e doença dos trabalhadores rurais no Brasil. In: Pinheiro TMM, organizador. **Saúde do trabalhador rural –RENAST**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

DIEESE. DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Anuário dos trabalhadores**: 2015. São Paulo, 2015.

FERRAZ, L. As demandas do homem rural: informações para a assistência nos Serviços de saúde da atenção básica. **Revista Mineira de Enfermagem**, Minas Gerais, v. 17, n. 2, p. 349-355, jun. 2013.

FRANCESCHINA, A.P.; BELTRAME, V. Impacto das doenças osteomusculares à saúde do trabalhador rural. **Anais Da Semana Acadêmica E Mostra Científica De Enfermagem**, 2016. Recuperado de <https://periodicos.unoesc.edu.br/anaissamcenf/article/view/13438>

GOMES, F.G.H. **A saúde do trabalhador rural: questões contemporâneas**. São Paulo: Editora Casa, 2022.

INCA. INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER JOSÉ ALENCAR GOMES DA SILVA. **Monitoramento das ações de controle do câncer de pele**. Rio de Janeiro, 2020.

LUCCA, S. R.; CORTEZ, M. Z.; TOSETTO, T. A percepção dos trabalhadores sobre os riscos de distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho na produção de rosas. **REDD – Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**, Araraquara, v. 4, n. 1, jul./dez. 2011.

MARTINS, A.J.L. **Qualidade de vida e saúde da população rural**. Goiânia: UFG, 2020.

MOREIRA, J.P.L. et al. A saúde dos trabalhadores da atividade rural no Brasil. **Cad. Saúde Pública** 31 (8), Ago 2015.

NUNES, C.A. et al. Visitas domiciliares no Brasil: características da atividade basilar dos Agentes Comunitários de Saúde. **Saúde debate**, v. 42, número especial 2, p. 127-144, outubro 2018.

RUSSO, A.C. et al. Visão computacional aplicada na prevenção do câncer de pele em trabalhadores rurais. **Revista Desenvolvimento Rural Sustentável**, 2022.

SILVA P.F.; SENA, C.F.A. A importância do uso de protetor solar na prevenção de alterações dermatológicas em trabalhadores sob fotoexposição excessiva. **Revista Brasileira de Ciências da Vida**, [S.l.], 5(1): 1-17, 2017.

SILVA, M.A.; MARTINHO, N. Elaboração de um manual de prevenção primária do câncer de pele para trabalhadores rurais de uma empresa de cultivo de flores. **Revista Movimenta**, 14(3):878-889, 2021.

VIERO, C.M. et al. Sociedade de risco: o uso dos agrotóxicos e implicações na saúde do trabalhador rural. **Esc Anna Nery**, 20(1):99-105, 2016.

ZINK, B. S. Câncer de pele: A importância do seu diagnóstico, tratamento e prevenção. **Revista Hospital Universitário Pedro Ernesto**, 13(Supl. 1), 76-83, 2014.

DICIONARIO ONLINE DE PORTUGUÊS: <https://www.dicio.com.br/>